Formação de professores para o ensino de música nas escolas: Relato de uma experiência no Rio Grande do Sul

Jusamara Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jusa.ez@terra.com.br

Renato Cardinali Pedro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rcardinalipedro@gmail.com

Michelle Arype Girardi Lorenzetti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
michelleglorenzetti@gmail.com

Rosalía Trejo León
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rosytrejoleon@yahoo.com.mx

Jaqueline Soares Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jaquemarquescanto@yahoo.com.br

Comunicação

Resumo: Trata-se do relato de uma experiência de formação para professores atuantes no Ensino Básico, visando à implantação da música nas escolas nos diferentes municípios do Rio Grande do Sul. O curso foi oferecido na modalidade presencial com uma carga horária total de 240 horas. Foram capacitados 1018 participantes, atingindo como público-alvo vários profissionais interessados no ensino de música. Os resultados indicaram que o trabalho conjunto com instituições parceiras na execução do curso qualificou as relações com a comunidade interessada por essas possuírem uma significativa experiência de pesquisa e formação continuada no campo da música. A experiência sugere também a necessidade do apoio das secretarias municipais de educação e um conhecimento maior das legislações específicas do campo das artes, para que, efetivamente, a música seja inserida nas escolas.

Palavras chave: Música na escola, formação de professores, políticas públicas

1. Introdução

Com a publicação da Lei nº 11.769/08, muitos professores se mobilizaram para a implementação da música nas escolas em diversas partes do Brasil. Desde então, inúmeros relatos, registros de práticas e experiências realizadas em vários municípios têm sido divulgadas (WOLFFENBÜTTEL 2009; JARDIM; SILVA, 2014).

Essa comunicação relata uma experiência de formação oferecida para professores atuantes no Ensino Básico, visando à implantação da música nas escolas. O curso de formação ocorreu no Rio Grande do Sul, durante o período de 2015 e 2016. Intitulado *Música nas Escolas do Rio Grande do Sul: Um Programa de Formação Continuada para Professores das Redes Públicas*, o curso foi oferecido na modalidade presencial, com uma carga horária total de 240 horas, com certificação dada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT /UFRGS) para os professores concluintes. O curso teve o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), através Secretaria de Educação Básica (SEB)/ Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI), com o Apoio da Rede Nacional de Formação Continuada para Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFORM).

A execução do curso seguiu os trâmites legais junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como instituição proponente destacando-se a colaboração dos responsáveis pelo projeto nas esferas Federal - Ministério da Educação (MEC) e Secretaria da Educação Básica (SEB), na esfera Estadual - FORPROF e diversas instituições parceiras : Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IF-RS; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS; Universidade Federal do Pampa - Unipampa; Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Universidade Feevale; Prefeitura Municipal de Gramado Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

Essa comunicação destaca aspectos da proposta metodológica de organização do curso incluindo seus objetivos; proposta; fundamentação teórica e alguns dos resultados obtidos. Nas considerações finais são trazidos alguns aspectos da colaboração entre as várias instâncias responsáveis pelas políticas públicas para a viabilização de cursos de formação continuada para professores atuarem com música na escola.

2. Objetivos, organização e proposta metodológica do curso

A proposta de formação continuada na área de música pretendeu dar subsídios aos professores para que pudessem desenvolver atividades e elaborar ações para serem implantadas em diferentes escolas e séries do Ensino Básico. O curso procurou contemplar os professores não especializados em música para que se sentissem encorajados e preparados para trabalhar com música na escola de uma maneira mais sistemática. A estratégia pedagógica visou aos professores que já trabalhavam ou que desejavam trabalhar com o conteúdo música considerando a vitalidade cultural da comunidade local, as políticas públicas municipais que norteiam a relação da cultura com a educação e as propostas pedagógicas norteadores do sistema público de educação. Apoiado em concepções didáticas que buscam uma aproximação da aula de música com a realidade da educação escolar, o processo de formação continuada de professores procurou resgatar um dos objetivos principais da educação musical que é conscientizar e mostrar com clareza a multiplicidade de relações entre os alunos e as diferentes músicas.

Como objetivos específicos o curso buscou: Qualificar os conhecimentos e as experiências de professores dos diferentes níveis com o ensino de música; estimular as redes de ensino no desenvolvimento de abordagens para a inserção da música nas escolas; discutir estratégias para a divulgação de projetos musicais desenvolvidos durante a oferta do programa de formação continuada bem como acompanhar e avaliar boas práticas de música nas escolas do Rio Grande do Sul.

A proposta teórico-metodológica do curso foi discutida com uma equipe formada por 53 profissionais, sendo: 2 professoras responsáveis pela coordenação, 4 professores pesquisadores, 1 supervisora, 6 formadores, 16 tutores, 20 bolsistas e 4 responsáveis pelo suporte técnico.

A carga horária total do curso, 240 horas/aula, foi distribuída da seguinte forma: Seminário Inaugural (10 horas/aula), Cursos e oficinas presenciais (64 horas/aula), Estudos Orientados (32 horas/aula), Produção de material didático (32 horas/aula), Preparação de projetos (32 horas/aula), Ensaios e Apresentações Musicais (50 horas/aula), Apresentações

representativas dos grupos musicais escolares durante o Seminário Final (20 horas/aula). Para os Estudos Orientados foi produzido um caderno didático e implantado o Portal de assessoria aos professores.

Essas etapas, no entanto, não devem ser vistas como fases isoladas e separadas do dia a dia da escola. Elas integraram um contínuo de experiências com a música durante o ano, e que, ao final, foi realizada uma mostra dessas experiências. Para o desenvolvimento do curso foram envolvidas as seguintes cidades e regiões, que se constituíram como Polos:

1. Porto Alegre e Região Metropolitana
2. Montenegro
3. Bagé e Alegrete (Região da Campanha)
4. Novo Hamburgo e Vale dos Sinos
5. Pelotas e Região sul
6. Gramado e Região das Hortências/Serra/Paranhana

Foram realizados encontros semanais com a equipe de coordenação, professores pesquisadores e supervisora para o planejamento geral do projeto, além dos encontros específicos, para encaminhamento das equipes de coordenação dos Polos com os formadores,e tutores e bolsistas.

3. Referencial teórico-metodológico

Em decorrência da Lei nº 11.769/08, muitas escolas passaram a incluir em seus projetos pedagógicos atividades musicais curriculares, ofertando diversas opções para o ensino de música, extensivos aos seus alunos, bem como a toda a comunidade do entorno. Contudo a escassa presença de professores licenciados em música nas escolas de Educação Básica faz com que a eficiência da educação musical na Educação Básica seja ainda questionada (DINIZ, 2005; HIRSCH, 2006; FERNANDES, 2012; JARDIM; SILVA, 2014).

Por outro lado, faz-se necessário investir na formação de professores unidocentes, uma vez que esses profissionais são responsáveis pela educação musical escolar nas séries iniciais da Educação Básica (PENNA, 2002; SANTOS, 2005; FURQUIM e BELLOCHIO, 2010). Para

Furquim e Bellochio (2010) "a inserção da área de música na formação acadêmico-profissional do professor unidocente torna-se relevante, a fim de possibilitar que o profissional egresso da pedagogia possua alguns conhecimentos musicais que o possibilitem fazer música no contexto de seu trabalho" (p. 57). As autoras destacam o "fato desse profissional permanecer uma grande parte do tempo frente a seus alunos, em torno de 20h semanais, podendo potencializar vivências musicais" (p. 57) e por isso, " a música na prática desses professores" deve ser "fundamentada e articulada a um projeto educacional mais amplo", colaborando no processo de desenvolvimento dos alunos (FURQUIM e BELLOCHIO, 2010, p. 57).

A experiência aqui relatada situa-se no âmbito dessas discussões teóricas entendendo que professores unidocentes e outros profissionais possam ser qualificados para que ocupem os espaços legítimos que a educação musical tem nas escolas.

Considerando o interesse em beneficiar professores de toda a rede pública do Rio Grande do Sul, abrangendo os 497 municípios que compõem o estado gaúcho, tomou-se como ponto de partida as regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES[1] (COREDE-RS, 2010). A escolha das regiões dos COREDES como ponto de partida para a realização deste projeto deve-se ao interesse em beneficiar professores de toda a rede pública do Rio Grande do Sul, abrangendo todos os municípios gaúchos. Para ministrar o curso foram organizadas 7 equipes. Cada equipe ficou responsável por um Polo/cidade, contando com a coordenação de 2 formadores e 3 tutores/bolsistas.

Inicialmente foi feito um encontro para apresentar à comunidade gaúcha o projeto de formação continuada, esclarecendo os objetivos do mesmo. Os procedimentos para organizar o calendário das atividades foram feitos através dos contatos com as instituições parceiras e Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. A partir desses contatos, foi organizado um cronograma para as atividades de 2015.

[1] Fazem parte dos COREDES as seguintes regiões: Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Metropolitano Delta do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Jacuí Centro, Campos de Cima da Serra, Rio da Várzea, Vale do Jaguarí, Celeiro (COREDE-RS, 2010).

Concomitantemente às atividades de formação foi feito um mapeamento junto às secretarias municipais de educação do estado[2], com o objetivo de investigar a inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se as 28 regiões do COREDE/RS. O desenho metodológico utilizado nesta investigação consistiu no *survey* interseccional de grande porte, sendo a técnica para a coleta de dados a aplicação de questionários auto administrados (WOLFFENBÜTTEL; ERTEL; SOUZA, 2016). O *survey* do tipo interseccional foi escolhido uma vez que as informações foram obtidas em um só ponto temporal, não se constituindo uma coleta de dados longitudinal.

O questionário incluiu questões abertas e fechadas, tratando sobre a presença de professores de música nas escolas, outros profissionais que desenvolvem atividades de música, ofertas de atividades musicais e promoção de concursos públicos para professores de música (WOLFFENBÜTTEL; ERTEL; SOUZA, 2016). A coleta e organização dos dados oriundos da pesquisa junto às Secretarias de Educação dos 28 COREDEs do Rio Grande do Sul foi trabalhada em conjunto com os coordenadores do projeto.

4. Resultados

O público beneficiário do curso constituiu-se de professores do sistema de ensino público estadual e municipal. Foram ofertadas 1800 (hum mil e oitocentas) vagas para professores que atuavam prioritariamente nas redes públicas de ensino na Educação Básica, em qualquer área de conhecimento. Desse total de vagas, 120 (cento e vinte) foram ofertadas para professores que participaram da Formação instrumental (organização de orquestras/grupos musicais) realizada em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Essa formação foi uma demanda da própria SEC que havia adquirido um kit de instrumentos para 51 escolas do estado. Dentre outros instrumentos, os kits incluíam flauta, violão, violino, violoncelo, teclado e instrumentos de percussão. O objetivo era oferecer uma formação para que os professores pudessem assumi a coordenação de grupos musicais nas escolas utilizando os instrumentos musicais disponíveis. Essas 120 vagas foram destinadas às 30 Coordenadorias

[2] Essa pesquisa foi coordenada pela Professora Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Regionais de Educação (CREs), sendo 4 vagas para cada CRE. A Secretaria ficou responsável pelo pagamento das diárias para que os professores pudessem ir, quinzenalmente, a Porto Alegre, onde foi oferecida essa formação. Além da formação instrumental (violino, flauta-doce, violão, teclado, percussão) o curso abordou questões técnicas e musicais específicas da regência, leitura e arranjos musicais.

O curso foi amplamente divulgado pelas redes sociais. Foi aberto um período de duas semanas para a inscrição online e, rapidamente, o curso contou com a inscrição de 1233 profissionais. Dos 1233 inscritos, foram capacitados 1018 participantes, com representantes de cada uma das 28 COREDES, atingindo como público-alvo, profissionais interessados no ensino de música: professores e diretores de escolas públicas municipais e estaduais, alunos de alunos de graduação e pós-graduação de música e pedagogia, oficineiros, voluntários de projetos sociais, membros de equipes pedagógicas das escolas e de secretarias estaduais e municipais. Desse total, 118 professores participaram da formação instrumental. o que possibilitou a formação de um grupo formado por professores das 30 CREs-RS, intitulada Orquestra SEDUC/ UFRGS[3].

Em relação aos municípios atingidos, o projeto contemplou 122 municípios, abrangendo cerca de 25% dos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Isso comprova a capilaridade e o alcance da proposta. Além disso, o apoio recebido pelas universidades parceiras, prefeituras municipais e Seduc pode facilitar a continuidade às políticas de inserção da música nas escolas.

O curso cumpriu seus objetivos com a formação continuada em música, destacando-se: as trocas de experiências realizadas entre professores dos diferentes níveis com o ensino de música; a elaboração de propostas concretas para a inserção do ensino de instrumentos musicais nas escolas; a divulgação de projetos musicais desenvolvidos durante a oferta do programa de formação continuada; a criação de um portal para a divulgação de experiências com música nas escolas do Rio Grande do Sul. Como produtos resultantes do curso podem ainda ser mencionados a publicação de dois livros, que se encontram no prelo, com os

[3] A Orquestra teve a coordenação da Professora Dra. Luciana Prass, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

resultados das atividades de formação de professores, tendo a participação dos ministrantes e alunos. Além disso, foi produzido e está sendo finalizado um documentário com registros das atividades da formação continuada a ser distribuído para as escolas e disponibilizado no portal do curso.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos o curso atendeu às demandas dos participantes, abordando os seguintes temas: Importância do ensino de música na escola; reflexões sobre a Lei 11.769/2008, que inclui a obrigatoriedade do conteúdo música; fundamentos teóricos e epistemológicos da música na escola; construção de planejamentos para aulas de música; tipos, funções e dimensões da avaliação musical; atividades de escuta e apreciação musical; noções sobre a técnica da voz falada e cantada; práticas vocais para a educação musical nas diferentes faixas etárias; o uso de tecnologias para a voz e o canto; arranjos vocais; práticas instrumentais para a educação musical nos diferentes níveis de ensino; atividades de execução musical utilizando o corpo, instrumentos musicais e objetos sonoros; práticas instrumentais coletivas; introdução à regência; práticas de arranjo musical e apresentações musicais públicas.

Os conteúdos foram adequados ao público participante do curso e às necessidades da implementação da música nas escolas. Nesse sentido destacamos a criação da Orquestra SEDUC-UFRGS com a participação dos professores das 30 CRES do estado e que teve o trabalho divulgado através de apresentações musicais públicas, como no I Seminário Internacional Música na Escolas, realizado nos dias 6 e 7 de maio de 2016, em Porto Alegre - RS.

5. Considerações finais

Uma das razões para que a música, efetivamente, ainda não faça parte dos currículos das escolas brasileiras é a falta de professores qualificados. Cursos de formação continuada como este aqui apresentado pode significar um esforço nessa empreitada. O estado do Rio Grande do Sul pôde assumir essa tarefa institucional através da Secretaria Estadual de Educação e prefeituras municipais com a parceria de instituições públicas e privadas.

O trabalho conjunto com as instituições parceiras na execução do curso qualificou as relações com a comunidade gaúcha pelo fato de terem uma significativa experiência nas atividades formativas no campo das artes, notadamente na música e terem um conhecimento importante de pesquisa e formação continuada na área desenvolvida neste curso.

Apesar da existência dos textos políticos – Lei nº 11.769/2008, Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica publicadas em 2013 e Lei 13.278 – na prática, ainda, a obrigatoriedade não se materializou na realização de concursos e na efetiva inserção da música nas escolas. Mesmo com a clara legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013), a inserção da música em todas as escolas ainda não ocorreu. Todavia, apesar da inexistência de concursos públicos para professores de música e da consequente ausência de professores com esta habilitação, observou-se que a música se encontra presente nas escolas, como já discutido por Souza et al. (2002). De acordo com as informações das secretarias de educação, mesmo sem professores de música, muitas escolas promovem ações musicais, como a formação de bandas e conjuntos instrumentais, dentre outras atividades. As apresentações musicais, horas cívicas, execução de hinos e audições de músicas, também apresentaram-se como atividades frequentes (WOLFFENBÜTTEL; ERTEL; SOUZA, 2016). A realização de concursos para o provimento de vagas de professores de música para as redes públicas ainda é um desejo de muitos municípios para atender às leis e resoluções vigentes. Por fim, aponta-se a necessidade do conhecimento e compreensão das legislações especificas do ensino de artes por parte das secretarias de educação, a fim de que a música seja efetivamente inserida nas escolas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade de Música na educação básica. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, p. 1, 19 de agosto de 2008, seção1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 12/13, de 4 de dezembro de 2013, do CNE. Sobre Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_%20docman&view=download&alias=14875-pceb012-13&category_slug=dezembro-2013-%20pdf&Itemid=30192> Acesso em: 29 jan 2016.

COREDE-RS. FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DOE STADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Pró-RS IV*: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). S/D: Passograf, 2010.

DINIZ, L. N. *Música na educação infantil:* um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FERNANDES, I. M. B. Á. Ensino de Música na Escola: formação de educadores. *Revista da ABEM*, Londrina, v.20, n. 28, p. 131-138, 2012.

FURQUIM, A.; BELLOCHIO, C. A formação musical de professores unidocentes: um estudo em cursos de pedagogia. *Revista da ABEM*, 2010, v.24, p. 54-63, 2010.

HIRSCH, I. A presença da música na educação básica: um *survey* com escolas da região sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 15, 2006, João Pessoa. *Anais*... João Pessoa: ABEM, 2006, p.142-148.

JARDIM, T. M. S.; SILVA, F. L. da. Música na escola e formação docente: os professores estão preparados? *Colloquium Humanarum*, v. 11, n. Especial, jul–dez, p. 1259-1266, 2014.

PENNA, M. A Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM,* Porto Alegre, v. 7, set, p. 7-19, 2002.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. In: *Revista da ABEM,* Porto Alegre, v. 12, mar, p. 49-56, 2005.

SOUZA, J. et al. A música na escola. In: *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental.* Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. *A inserção da música no projeto político pedagógico*: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. 2009. Tese (Doutorado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOLFFENBÜTTEL, C. R.; ERTEL, D. I.; SOUZA, J. V. Música nas escolas: uma investigação sobre a implementação nos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v.16, n.1, p. 165-183, 2016.